

Edição nº
4.854

Diretor Responsável:
Wilmar Souza e Silva

(33) 9 8880-2410

CNPJ: 17.709.734/0001-47

DIÁRIO

TRIBUNA

Teófilo Otoni,
sexta-feira, 12 de dezembro de 2025

56
Anos
Desde 1969
Diário Tribuna

Ministério da Justiça divulga lista dos oito criminosos mais procurados de Minas Gerais em 2025



O Ministério da Justiça e Segurança Pública lançou, nesta segunda-feira (8), o site gov.br/captura, plataforma que reúne os 216 foragidos mais procurados do Brasil. Cada estado, incluindo Minas Gerais, enviou oito nomes considerados prioritários com base em critérios como gravidade dos crimes cometidos, ligação com organizações criminosas, múltiplos mandados de prisão e atuação interestadual. Em Minas Gerais, a lista é composta por oito homens. **Página 2**

Trabalho de inteligência do TJMG prende membros de organização criminosa

Um trabalho de inteligência desenvolvido pelo Gabinete de Segurança Institucional (GSI) do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), em conjunto com a Corregedoria-Geral de Justiça (CGJMG) e com apoio da Divisão de Segurança da Informação (DI-SI), do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). **Página 5**



Reunião no 70º BPM com promotores de eventos reforça importância da programação conjunta para festas locais

Na quarta-feira (10/12/25), foi realizada uma reunião na sede do 70º Batalhão de Polícia Militar, com a presença de promotores de eventos do município. O encontro teve como objetivo alinhar estratégias e reforçar a parceria entre organizadores e a Polícia Militar para garantir o bom andamento dos próximos eventos festivos. **Página 6**



Instituições mineiras recebem 60 mil bens doados pelo TJMG

Página 5

Aberto o cadastro para a instalação de usina fotovoltaica em propriedades

O Governo de Minas, por meio da Emater-MG, está lançando o edital para o cadastro de propriedades rurais elegíveis para receber a instalação de micro usinas fotovoltaicas, dentro do Novo Acordo de Mariana. A ação deve beneficiar mais de 1500 propriedades nos 38 municípios atingidos. **Página 3**



VESTIBULAR 26.1

Centro UNIVERSITÁRIO
AlfaUNIPAC

INSCREVA-SE

Mendes modera decisão e devolve ao congresso a regulamentação de impeachment de ministros do STF

Diante de intensa pressão política e do debate público, o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), revisou parcialmente sua decisão monocrática nesta quarta-feira (10). Em nova determinação, ele suspendeu os trechos que atribuíam à Procuradoria-Geral da República (PGR) a competência exclusiva para apresentar denúncias por crime de responsabilidade contra ministros da Corte. Com essa medida, o tema central da regulamentação desses procedimentos foi formalmente devolvido à esfera de deliberação do Congresso Nacional.

A alteração, contudo, é pontual e mantém a essência da estrutura anterior. Apenas dois dispositivos específicos da decisão inicial foram suspensos, exatamente aqueles que concentravam no Ministério Público Federal a iniciativa das acusações. Todos os demais pontos da decisão de Gilmar Mendes permanecem em vigor, incluindo as interpretações sobre os ritos e as hipóteses



para abertura de processos do gênero, o que indica uma manobra de moderação tática sem abdicar do núcleo de seu entendimento jurídico.

Paralelamente, o Senado Federal mobiliza-se para contrapor-se ao que parlamentares classificam como uma "blindagem" indevida do STF. Sob a liderança do presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União-AP), há um movimento para acelerar a votação de um projeto de lei que vise a regulamentar de forma clara os crimes de responsabilidade não só de ministros do Supremo, mas também do Presidente da República e de outras altas autoridades. A propos-

ta busca reafirmar a competência constitucional do Legislativo nessa matéria.

O episódio configura um complexo embate institucional, onde o Judiciário recua em um ponto específico sob pressão, mas o Legislativo se articula para reivindicar sua primazia na definição de regras tão sensíveis. O desfecho dessa disputa definirá os contornos do controle político sobre a mais alta Corte do país, em um momento de tensão entre os Poderes da República. A questão central permanece: quem deve, de fato, estabelecer as regras para a responsabilização de ministros do STF? (Por: João Bosco).

Ministério da Justiça divulga lista dos oito criminosos mais procurados de Minas Gerais em 2025

Criminosos são classificados com alto periculosidade pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública

O Ministério da Justiça e Segurança Pública lançou, nesta segunda-feira (8), o site gov.br/captura, plataforma que reúne os 216 foragidos mais procurados do Brasil. Cada estado, incluindo Minas Gerais, enviou oito nomes considerados prioritários com base em critérios como gravidade dos crimes cometidos, ligação com organizações criminosas, múltiplos mandados de prisão e atuação interestadual. Em Minas Gerais, a lista é composta por oito homens, com idades entre 32 e 44 anos, todos classificados pelas forças de segurança como criminosos de alta periculosidade. Os nomes completos foram divulgados oficialmente pelo governo federal.

Segundo o Ministério da Justiça, o objetivo da iniciativa é fortalecer a cooperação entre órgãos estaduais e federais, ampliando a integração de informações e a eficiência



Ministério da Justiça divulga lista dos oito criminosos mais procurados de Minas em 2025 - Foto: Reprodução

das operações de captura. O novo sistema faz parte do Programa Captura, que articula ações nacionais para localizar e prender foragidos considerados prioritários em todo o país. A população pode contribuir com informações sobre o paradeiro dos procurados por meio de denúncias totalmente anônimas. Os canais disponíveis são: >190 (Polícia Militar), >197 (Polícia Civil), >181 (Disque Denúncia).

Quem são os criminosos mais procurados de Minas Gerais em 2025 - Os oito foragidos indicados por Minas Gerais são: >Anderson Ferreira

Santos, 40 anos, conhecido como Andinha; >Ângelo Gonçalves de Miranda Filho, 44 anos, apelidado de Anjinho, Pezão ou Anjo; >Dalmo Gomes dos Santos, 44 anos, também chamado de Dalmo Rebelde; >Douglas de Azevedo Carvalho, 33 anos, conhecido como Mancha; >Marcelo Jaime Gonçalves, 42 anos, apelidado de Pisca-Pisca; >Paulo Sérgio Sousa da Silva Júnior, 32 anos; >Rafael Carlos da Silva Ferreira, 35 anos, conhecido como Paraíba; >Sonny Clay Dutra, 43 anos. (De João Machado - Por Dentro de Minas/São de Teófilo Otoni).

www.diariotribuna.com.br

Aprovada possibilidade de transferir superavit de Fundo do Judiciário

Projeto apreciado em caráter definitivo no Plenário refere-se ao resultado financeiro de 2024, que poderá ser repassado ao Tesouro Estadual

O Projeto de Lei (PL) 4.528/25, que possibilita a transferência do superavit financeiro global do Fundo Especial do Poder Judiciário de Minas Gerais (FEPJ) ao Tesouro Estadual, foi aprovado em caráter definitivo. Na Reunião Ordinária de Plenário da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) desta quarta-feira (10/12/25), a matéria, de autoria do governador, recebeu aprovação dos parlamentares em 2º turno, na forma original.

Em linhas gerais, a proposta altera a Lei 20.802, de 2013, a qual cria o FEPJ. As modificações referem-se à possibilidade de transferência do superávit



financeiro global do fundo apurado em 2024 para o Tesouro Estadual. O texto prevê que os recursos transferidos do fundo deverão ser destinados a programas e ações orçamentárias relacionadas ao cumprimento da missão institucional dos órgãos e entidades

que integram o sistema de Justiça. Esses programas e ações devem visar especialmente: ao exercício da cidadania, justiça, paz social, garantia de direitos fundamentais e segurança pública. (Assessoria de Imprensa da ALMG /Gerência-geral de Imprensa e Divulgação).

Então é Natal...



CHEGOU O NATAL SOLIDÁRIO 2025



SUA COLABORAÇÃO É MUITO IMPORTANTE!

E você certamente fez várias coisas

Realizações no campo profissional, bons momentos com a família, entre outros momentos inesquecíveis marcaram o seu ano, não é mesmo? Que tal aproveitar essa época tão especial para somar forças por quem precisa? Venha compartilhar sua boa vontade com o Natal Solidário do Sistema Fecomércio MG.

Faça sua doação até o dia 19 de dezembro: Alimentos não perecíveis nas unidades do Sesc em Minas.

Qualquer quantia via PIX pela chave: natalsolidario@sescmg.com.br

Consulte aqui a lista de endereços para doação presencial e ajude a espalhar essa corrente solidária. Consulte a lista de endereços para doação presencial e ajude a espalhar essa corrente solidária.



Sistema Comércio

Orçamento do Estado para 2026 é aprovado

Déficit fiscal deve recuar 39,3%, chegando a R\$ 5,2 bilhões, conforme projeto votado nesta quarta-feira (10) pelo Plenário

O Orçamento do Estado para 2026 foi aprovado nesta quarta-feira (10/12/25), durante a Reunião Ordinária de Plenário da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). Conforme o Projeto de Lei (PL) 4.527/25, do governador Romeu Zema, o déficit projetado para o próximo ano é de R\$ 5,2 bilhões.

A proposta orçamentária aprovada estima receita de R\$ 127,1 bilhões e despesa de R\$ 132,3 bilhões. Em relação ao Orçamento de 2025, haverá aumento de 10,6% na receita e de 7,1% na despesa. O déficit fiscal, que foi estimado em R\$ 8,6 bilhões em 2025, terá uma redução de 39,3% em 2026. A receita tributária compõe 72,3% das receitas correntes. A principal fonte de arrecadação continua sendo o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que deve avançar 10,3%, chegando a R\$ 93,4 bilhões em 2026.

As receitas de capital, que incluem operações de crédito e alienações de bens, somam R\$ 4,3 bilhões, o que representa uma redução de 6,2%. Por outro lado, a rubrica de "outras receitas de capital" terá um incremento de 20,1%, devido ao aumento de R\$ 332 milhões nos recursos do acordo judicial do rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana. O principal grupo de despe-



Deputados da oposição tentaram aprovar emendas aos projetos do Orçamento e do PPAG, mas foram voto vencido - Foto: Elizabete Guimarães

sa são os gastos com pessoal, que correspondem a 54,7% do total. Segundo o parecer da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, o Estado vai continuar descumprindo os limites de gastos estabelecidos na **Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)**.

A despesa de pessoal somada de todos os Poderes será o equivalente a 62,37% da Receita Corrente Líquida (RCL), acima do limite de 60% determinado pela LRF. No Poder Executivo, as despesas com pessoal vão consumir 52,45% da RCL, enquanto o limite da LRF é de 49% da RCL. Os demais Poderes e órgãos estão com suas despesas com pessoal dentro dos limites da LRF.

No orçamento de investimento das empresas controladas pelo Estado, estão previstos R\$ 11,3 bilhões, que correspondem a um aumento de 23,8% em relação ao programado em 2025. A Cemig Distribuição, a Co-

pasa e o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) mantêm a posição de empresas com maior mobilização de recursos. Os investimentos da Copasa terão um salto de 94,2%, chegando a R\$ 3,2 bilhões.

A proposta orçamentária leva em consideração a adesão de Minas Gerais ao Programa de Pleno Pagamento das Dívidas dos Estados (Propag). Está prevista uma redução de 15,5% na despesa com amortização e pagamento de juros e encargos da dívida do Estado com a União. Por outro lado, Minas Gerais terá que aportar R\$ 1,9 bilhão no Fundo de Equalização Federativa (FEF). Para a elaboração da lei orçamentária, foram utilizados como parâmetros crescimento real do PIB de 2,5%, inflação acumulada de 3,5% e taxa Selic de 12,56% em 2026. (Assessoria de Imprensa da ALMG - Gerência-geral de Imprensa e Divulgação).

Aberto o cadastro para a instalação de usina fotovoltaica em propriedades

A Emater-MG está lançando o edital para o cadastro de pessoas físicas habilitadas a participar do Projeto de Implantação de Sistemas de Energia Fotovoltaica, dentro do Novo Acordo de Mariana

O Governo de Minas, por meio da Emater-MG, está lançando o edital para o cadastro de propriedades rurais elegíveis para receber a instalação de micro usinas fotovoltaicas, dentro do Novo Acordo de Mariana. A ação deve beneficiar mais de 1500 propriedades (localizadas até 100 metros da mancha de inundação) nos 38 municípios atingidos pelo rompimento da Barragem do Fundão, em Mariana, há dez anos. Os interessados devem procurar os escritórios da Emater-MG mais próximos para se inscrever.

O diretor-presidente da Emater-MG, Otávio Maia, diz que a iniciativa é um dos compromissos da repactuação de Mariana, no anexo 18. "Aqueles que tem propriedade dentro da área definida, possuem o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e padrão de energia elétrica e não pagam tarifa mínima podem procurar o escritório da Emater-MG do seu município para ser contemplado com a instalação de uma micro-usina para geração de energia renovável e também para o apoio de recuperação dos projetos **produtivos**", esclarece Otávio.

Redução de custos - A chamada pública para o cadastro de pessoas físicas beneficiárias integra o Programa de Resposta a Enchentes e



Recuperação Ambiental e Produtiva das Margens do Rio Doce, a ser implantado em Minas Gerais no período de 2025 a 2030.

"A proposta é, com a geração de energia elétrica de baixo custo e sustentável, possibilitar o incremento das atividades produtivas, especialmente de agregação de valor aos produtores rurais beneficiários", diz o diretor-presidente da Emater-MG. O trabalho vai contemplar o parecer de acesso junto à concessionária de energia elétrica da região, fornecimento dos equipamentos e materiais (módulos fotovoltaicos, inversores, estrutura de fixação, cabos, conectores e caixas de junção) e a instalação dos equipamentos.

Municípios atendidos - Os 38 municípios diretamente atingidos são Aimorés, Alpercata, Barra Longa, Belo Oriente, Bom Jesus do Galho, Bugre, Caratinga, Conselheiro Pena, Coronel Fabriciano, Córrego Novo, Dionísio, Fernandes Tourinho, Galiléia, Governador Valadares, Ia-

pu, Ipaba, Ipatinga, Itueta, Marliéria, Mariana, Naque, Ouro Preto, Periquito, Pingo D'Água, Ponte Nova, Raul Soares, Resplendor, Rio Casca, Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado, Santana do Paraíso, São Domingos do Prata, São José do Goiabal, São Pedro dos Ferros, Sem-Peixe, Sobralia, Timóteo e Tumiritinga.

As inscrições deverão ser feitas através da equipe técnica local da Emater-MG no município, onde está localizada a residência a ser beneficiada, até o dia 31 de dezembro de 2026. Os beneficiários residentes em municípios que não possuem escritório local da Emater-MG podem se inscrever nos municípios mais próximos, que constem da área abrangida. A relação dos beneficiários do projeto será divulgada mensalmente no site da Emater (www.emater.mg.gov.br). (Assessoria de Comunicação - Emater-MG - Jornalista responsável: Flávia Freitas - Fotos: Divulgação Emater-MG - E-mail: flavia-souza@emater.mg.gov.br - www.emater.mg.gov.br).

DIÁRIO TRIBUNA
(33) 9 8880-2410 (ZAP)

Solução de conflitos entre pessoas físicas e jurídicas é com o Papre!

Seja associado e aproveite todos os benefícios.

3522-6677



ACE

Cuide da sua Família com um Plano de Saúde Unimed!

Contrate agora!
(33) 3522-6677



Unimed



Minas Gerais institui Política Estadual da Primeira Infância e reforça programas voltados às crianças de 0 a 6 anos

Nova lei consolida iniciativas da Sedese e amplia a proteção e o desenvolvimento integral das crianças mineiras

O Governo de Minas Gerais sancionou a Lei 25.610/2025, que institui oficialmente a Política Estadual da Primeira Infância, nessa terça-feira (9/12). A nova legislação estabelece diretrizes para garantir os direitos de crianças de 0 a 6 anos, assegurando atenção integrada, apoio às famílias e ações articuladas entre diferentes áreas do poder público para promover o desenvolvimento pleno na primeira infância.

Com a nova lei, a política passa a reconhecer a criança como sujeito de direitos e orienta o Estado a formular programas e serviços que considerem as necessidades específicas dessa faixa etária, etapa amplamente reconhecida como decisiva para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social.

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese-MG) será uma das protagonistas na implementação da política, fortalecendo ações que já vinham ganhando destaque na atual gestão. "Minas Gerais dá um passo importante ao transformar em política de Estado aquilo que já vínhamos construindo com muito compromisso. A primeira infância passa a ser prioridade permanente. Estamos falando de garantir direitos hoje para mudar toda uma trajetória de vida das nossas crianças", destaca a secretária de Estado de Desenvolvimento Social, Alê Portela.

Primeira infância - Entre as principais ações já desenvolvidas pelo Go-



verno de Minas, está o Programa Leite para a Primeira Infância, iniciativa pioneira que garante a distribuição gratuita de leite para crianças de 2 a 6 anos em situação de vulnerabilidade. Com investimento de R\$ 10 milhões, a iniciativa já garantiu a entrega de 564 mil litros de leite a mais de 18 mil famílias inscritas no CadÚnico.

A Sedese-MG também coordena o Criança Feliz, iniciativa voltada a gestantes e crianças de até 6 anos em situação de vulnerabilidade. Minas Gerais é hoje o segundo estado do país com maior número de municípios executando o programa: 318 cidades desenvolvem ações contínuas, reforçando o apoio técnico às prefeituras e a permanência do atendimento às famílias.

Outro destaque é o programa Unidades Interligadas de Registro Civil, instaladas dentro de maternidades e responsáveis pelo registro gratuito dos recém-nascidos antes da alta hospitalar. Esse serviço garante que os pais saiam do hospital com a certidão de nascimento em mãos, sem deslocamentos ou filas. Atualmente, 105 unidades estão distribu-

ídas em 80 municípios, com 510.204 certidões emitidas.

O Unidades Interligadas de Registro Civil é uma parceria com a Corregedoria-Geral de Justiça do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), cartórios de Registro Civil, estabelecimentos de saúde e o Sindicato dos Oficiais de Registro Civil de Minas Gerais (Recivil).

A nova lei também reforça a importância da atuação conjunta entre as áreas de assistência social, saúde, educação, direitos humanos, cultura e esporte. O objetivo é garantir que cada criança tenha acesso a oportunidades que apoiem seu desenvolvimento integral.

Com a sanção da lei, Minas Gerais consolida uma agenda permanente para o cuidado com a primeira infância, alinhada às melhores práticas nacionais e internacionais. A expectativa é que a política fortaleça a proteção social das famílias, reduza desigualdades e amplie as oportunidades para que todas as crianças mineiras tenham um começo de vida mais seguro, saudável e cheio de possibilidades.

Isenção de ICMS para doação de alimentos recebe parecer favorável

PL 742/19 determina isenção de imposto para repasses de produtos considerados perdas para indústria e varejo

Em reunião nesta quarta-feira (10/12/25), a Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) aprovou parecer favorável ao Projeto de Lei (PL) 742/19. Ele determina isenção tributária para doações de produtos considerados perdas para a indústria e o varejo.

Tramitando em 1º turno, o texto assinado pelo deputado Mário Henrique Caixa (PV) refere-se ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS). A proposição acrescenta dispositivo à Lei 6.763, de 1975, que consolida a legislação tributária do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.



O objetivo é ampliar as possibilidades de isenção de ICMS. A Comissão do Trabalho opinou favoravelmente à matéria na forma do substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), e com a emenda nº 1. A principal mudança promovida foi incluir entidades que podem receber essas doações de alimentos, itens de higiene pessoal e de medicamentos.

Outra alteração é a retirada da definição do que é considerado perda. O projeto original especifica que são produtos com embalagem danificada, data de va-

lidade vencida ou próximos ao vencimento, mas que ainda podem ser consumidos. Atualmente, se forem doados para pessoas ou entidades responsáveis pela destinação a quem precisa, sofrem tributação.

Sem essa explicação, mas mantendo a possibilidade de isenção de ICMS e ampliando as alternativas de repasses, o PL foi relatado pelo deputado Betão (PT). Agora, segue para apreciação da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. (Assessoria de Imprensa da ALMG - Gerência-geral de Imprensa e Divulgação).

32 milhões de crianças e adolescentes estão na pobreza no Brasil*
Trabalhamos para mudar essa situação e precisamos da sua ajuda.

**Quando a LBV
ligar, diga Sim!**

Colabore: pix@lbv.org.br



**Diga
Sim!**

• 73 ANOS •

IVAS
INSTITUTO DAS VIAS AÉREAS

Inspirando novos ares!

Gabriel Bezerra Rêgo
Otorrinolaringologia e Medicina do Sono
CRM-MG: 41683

Clínica IVAS
3522-2591
www.ivas.com.br

Instituições mineiras recebem 60 mil bens doados pelo TJMG

Itens são considerados "inservíveis" para a Corte mineira

Nos últimos cinco anos, instituições públicas estaduais e municipais, assim como outras entidades, receberam, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), a doação de mais de 60 mil bens. Os itens, como computadores e mobiliários, são considerados inservíveis para uso na Corte mineira, mas seguem em boas condições de preservação para, por exemplo, serem usados por alunos de escolas estaduais e municipais, ou por órgãos como o Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBMMG), as Polícias Militar (PMMG) e Civil (PCMG), e Secretarias de Estado.

Os bens são classificados como "inservíveis" após análise da Gerência de Suprimento e Controle Patrimonial (Gesup), ligada à Diretoria Executiva da Gestão de Bens, Serviços e Patrimônio (Dirsep), responsável por controlar e armazenar materiais de consumo, bens permanentes móveis e patrimoniais do TJMG. Os itens que não são reaproveitáveis pela Corte mineira, considerados "antieconômicos", são transferidos para instituições do Estado ou doados para entidades ou órgãos municipais. Já os irrecuperáveis são encaminhados à Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável (Asmare) para serem reciclados.

A operacionalização da cessão desses bens, incluindo controle patrimonial, transferências e doações, fica a cargo da Coordenação de Controle do Patrimônio Mobiliário (Copat), coordenada por Libéria Aparecida de Oliveira. Ela ressaltou a importância da iniciativa para todas as partes envolvidas: "Quando uma instituição recebe um bem que se tornou inservível para o Tribunal, mas que ainda serve para ela e pode ser reaproveitado, a gente fica imensamente feliz, porque sabemos que darão uma nova vida. Ao mesmo tempo, a gente recebe o agradecimento das instituições, que são muito gratas por tudo que o TJMG doa. Então, é algo muito bom para todos."

Destinação - Uma das instituições beneficiadas, o CBMMG recebeu, em transferência recente realizada pelo TJMG, computadores que seguem em funcionamento nos três batalhões da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), assim como em unidades no interior do Estado.

Outros 300 equipamentos serão disponibilizados para a Corporação em breve, como afirmou o chefe do Núcleo de Tecnologia e Sistemas do CBMMG, major Rafael



Bens considerados "inservíveis" para o TJMG são transferidos ou doados a diferentes instituições (Crédito: Riva Moreira / TJMG)



Equipe que integra a Gesup, da esq. para a dir.: Wilber Martins, Marcelo Braga, Libéria Oliveira e Paulo Gangana (Crédito: Riva Moreira / TJMG)

Vicente Rosa: "Nós recebemos de grande valia. Isso tem contribuído muito com a Corporação. O Estado tem feito um investimento em tecnologia junto ao CBMMG, mas esses equipamentos contribuem muito, tanto na RMBH quanto nas unidades do interior, na nossa atividade fim, do operacional, no registro dos eventos de defesa social, bem como na atividade meio, na nossa administração, nos nossos processos internos, dentre outras atividades." Ainda segundo o major, quando chegam ao Corpo de Bombeiros, os bens são direcionados conforme um plano de distribuição previamente elaborado.

A destinação de bens também auxilia estudantes do município de Belo Horizonte. Na Escola Municipal Prefeito Oswaldo Pieruccetti, no bairro Jardim Filadélfia, região Noroeste, crianças, adolescentes e adultos utilizam mobiliários e computadores doados pelo TJMG. Na instituição, armários que antes guardavam processos físicos, agora, dão espaço a escaninhos coloridos que guardam mochilas, brinquedos e livros.

De acordo com o coordenador pedagógico geral da Escola, Adilson Carlos Luiz, os equipamentos foram recebidos em 2023, após a instituição procurar a Corte mineira: "Como é um material de qualidade, a gente só fez um reparo simples de pintura nos armários, que têm uma utilidade muito importante. Provavelmente, nós faríamos aquisição para atender essa demanda,

principalmente nas salas de educação infantil e em outros espaços que verificamos. Então, veio em boa hora."

Gesup - A iniciativa do TJMG também representa o compromisso sustentável do Judiciário estadual, como avaliou o gerente da Gesup, Marcelo Braga. Ao falar sobre os demais trabalhos da Gerência, ressaltou os espaços destinados à restauração de mobiliário da Corte mineira, incluindo oficina, marcenaria e capotaria: "Tudo aqui é reaproveitado. Do parafuso ao computador, tudo tem uma destinação, uma utilidade pública. O importante para a gente é isso. O dinheiro é público, então, temos que fazer com que seja bem aplicado."

Por meio da Gesup, além de ações como cessão e manutenção de bens, comarcas de todo o Estado recebem ainda insumos necessários para a prestação jurisdicional.

Segundo o coordenador de Patrimônio, Wilber Martins de Souza, trata-se de "um setor estratégico para suprir a Instituição com materiais necessários para o bom funcionamento". "Esse galpão tem a finalidade de armazenar os bens permanentes que são adquiridos pelo Tribunal para mobiliar as instalações de vários setores administrativos e judiciais, prover materiais e postos de trabalho para servidores, colaboradores e estagiários que atuam no judiciário." Assista à matéria exibida no programa "Justiça em Questão", do TJMG, sobre os bens inservíveis: (Diretoria Executiva de Comunicação - Dircom - Tribunal de Justiça de Minas Gerais - TJMG).

Trabalho de inteligência do TJMG prende membros de organização criminosa

Grupo estava envolvido em fraudes em sistemas do CNJ

Um trabalho de inteligência desenvolvido pelo Gabinete de Segurança Institucional (GSI) do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), em conjunto com a Corregedoria-Geral de Justiça (CGJMG) e com apoio da Divisão de Segurança da Informação (DISI), do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e do Departamento Estadual de Operações Especiais (Deoesp) da Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG), resultou na prisão de nove pessoas suspeitas de integrar uma organização criminosa envolvida em tentativas de fraudes em sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

As prisões, assim como a apreensão de veículos de luxo, joias, computadores e celulares, foram realizadas nesta quarta-feira (10/12), durante a operação "Veredicto Sombrio" da PCMG, deflagrada nas cidades de Belo Horizonte, Sete Lagoas (região Central) e Jacutinga (Sul do Estado). Como parte da ação, também foi determinado o bloqueio de aproximadamente R\$ 40 milhões, incluindo cerca de US\$ 180 mil em criptoativos.

Segundo as investigações, o grupo realizava o uso indevido de credenciais vinculadas a magistrados e servidores do TJMG para acessar sistemas do CNJ como o Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões (BNMP), o Sistema de Busca de Ativos do Poder Judiciário (Sisbajud) e o Registro Nacional de Veículos Automotores Judicial (Renajud).

O grupo criminoso também atuava em outras frentes como golpes do falso advogado e fraudes que causaram importantes prejuízos financeiros a empresas e bancos. As informações coletadas pela equipe do GSI do TJMG foram compartilhadas com a 3ª Delegacia Especializada de Repressão ao Crime Organizado (3ª Draco/Deoesp), que aprofundou as apurações e identificou a organização voltada à prática de fraudes e lavagem de dinheiro.

Durante coletiva de imprensa realizada nesta quarta, o juiz auxiliar da Presidência do TJMG Marcelo Rodrigues Fioravante afirmou que os trabalhos de monitoramento e investigação duraram aproximadamente seis meses: "O combate ao crime organizado, hoje, é um dos maiores desafios do Estado brasileiro. Há uma tentativa de recrudescimento da legislação para fazer frente a essas iniciativas. Uma delas, a que estamos deparando hoje, é uma das mais ousadas: acesso e alteração de sistemas judiciais."



Na coletiva de imprensa foi apresentado o balanço da operação "Veredicto Sombrio", deflagrada nesta quarta-feira (10/12) (Crédito: Riva Moreira / TJMG)



A juíza auxiliar da CGJMG Andréa Cristina de Miranda Costa e o juiz auxiliar da Presidência do TJMG Marcelo Fioravante participaram da coletiva de imprensa (Crédito: Riva Moreira / TJMG)

Ele destacou ainda que toda a fraude realizada pela organização criminosa foi identificada, assim como as principais pessoas envolvidas. "Nós estamos, agora, finalizando a 1ª fase dessa investigação, necessária para estancar a atuação da organização. A partir das apurações da dimensão desse trabalho criminoso, as investigações podem avançar."

Ainda segundo o juiz Marcelo Rodrigues Fioravante, a operação "Veredicto Sombrio" também tem relação com a prisão de um hacker suspeito de envolvimento em ameaças ao influenciador digital Felca. O preso trabalhava com vendas de credenciais de acesso a sistemas judiciais de magistrados e servidores de vários tribunais do País, incluindo a Corte mineira.

"Algumas dessas credenciais eram de magistrados e servidores do TJMG e estariam sendo utilizadas por essa organização para tentar fraudar nossos sistemas. Uma dessas frentes fez com que o nosso serviço de inteligência identificasse ações dessa organização, também, a partir da prisão do hacker relacionado às ameaças ao influenciador Felca."

Segurança - A juíza auxiliar da CGJMG Andréa Cristina de Miranda Costa, presente na coletiva de imprensa, falou sobre a segurança dos sistemas usados pelo Judiciário brasileiro, ressaltando o trabalho de inteligência realizado pelo GSI do TJMG.

"Nosso serviço de inteligência detectou a tentativa de alguns acessos fraudulen-

tos aos nossos sistemas e, com base nesse levantamento, e na verificação feita por alguns magistrados, começou-se a investigação que culminou com a deflagração da operação. Gostaríamos de deixar claro que os sistemas são totalmente confiáveis e estamos atentos a qualquer tentativa de fraude. Esses criminosos, com certeza, encontrarão aqui em Minas Gerais, seja por parte da Polícia Civil, seja por parte do Tribunal de Justiça, uma franca observação a essas tentativas e não permitiremos invasão."

Segundo o chefe do Deoesp da PCMG, delegado Álvaro Huertas, as tentativas de fraude foram controladas e "não trouxeram prejuízos ao Estado". A chefe da PCMG, delegada-geral Letícia Gamboe, destacou o compromisso da instituição com a proteção de sistemas corporativos, em especial o combate às organizações criminosas: "Hoje, nós tivemos o cumprimento de 27 ordens judiciais, dentre elas, os nove indivíduos presos. Mais uma vez, a Polícia Civil e o Governo de Minas reafirmam o compromisso com a sociedade mineira no combate ao crime organizado. Esta é a 1ª fase de uma operação que terá fases subsequentes. Com isso, garantimos maior segurança jurídica também no Estado de Minas Gerais." Os mandados de prisão e de busca e apreensão foram expedidos pela 1ª Vara das Garantias da Comarca de Belo Horizonte. (Diretoria Executiva de Comunicação - Dircom - Tribunal de Justiça de Minas Gerais - TJMG).

Comitê de Políticas Penais debate adequações do Plano Estadual Pena Justa

Texto final deve ser entregue ao CNJ até o fim do ano

O Comitê de Políticas Penais de Minas Gerais se reuniu, de forma virtual, nesta terça-feira, para discutir adequações no Plano Estadual de Enfrentamento ao Estado de Coisas Inconstitucional nas Prisões Brasileiras (Plano Estadual Pena Justa). O documento final deve ser entregue ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) até 29/12, após ser aprovado pelo presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), desembargador Luiz Carlos Corrêa Junior, e pelo governador do Estado, Romeu Zema.

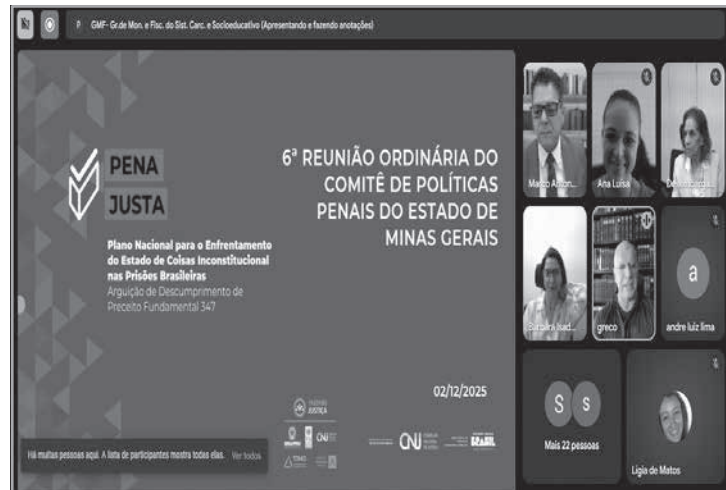
Para isso, uma nova reunião foi marcada para 18/12, quando serão decididos os últimos alinhamentos para a redação definitiva do documento. Um cronograma de ações foi apresentado na reunião desta terça-feira (2/12), quando também foi votada a inclusão de membros e órgãos no Comitê. Esse foi o 1º encontro desde a homologação do Plano Estadual Pena Justa, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), no fim de outubro.

O cronograma do Plano aponta que o monitoramento de indicadores começa em janeiro de 2026. Ele foi desenvolvido pela articulação entre os Poderes Judiciário e Executivo, o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), a Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Minas Gerais (OAB-MG) e representantes da sociedade civil.

Sobre o Pena Justa - Lançado em 2024, o Plano Nacional Pena Justa prevê o enfrentamento da situação de calamidade nas prisões brasileiras. Foi elaborado pelo CNJ e pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) seguindo determinação do STF, que reconheceu, no julgamento de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 347), violações sistemáticas de direitos humanos nas prisões.

A proposta prevê a implementação de mais de 300 metas até 2027 para garantir um Sistema Prisional que contribua para a segurança da população, a eficiência no uso de recursos públicos e a efetivação dos direitos humanos.

O Plano é estruturado em quatro eixos: >Redução da superlotação e controle de vagas no Sistema Prisional; >Garantia de condições básicas nas unidades, como alimentação, higiene e saneamento; >Promoção de acesso ao trabalho e à educação para pessoas privadas de liberdade; >Apoio à reintegração social de egressos, com foco na redução da rein-



Representantes dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo participaram da reunião virtual do Comitê de Políticas Penais (Crédito: Divulgação / TJMG)

ciência e na quebra do ciclo da violência; >Além das metas nacionais, cada unidade da federação deve apresentar um plano a ser validado pelo STF.

Comitês de Políticas Penais - Os Comitês de Políticas Penais são grupos que articulam diversas instituições com foco em alternativas ao encarceramento e na promoção da cidadania das pessoas privadas de liberdade, assim como de egressos do Sistema Prisional. Os comitês tratam ainda de questões relativas aos servidores públicos da área e aos familiares das pessoas em execução penal.

Presenças - Participaram da reunião a coordenadora-geral do Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário Portador de Sofrimento Mental (PAI-PJ) e integrante do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF) do TJMG, desembargadora Márcia Maria Milanez; o juiz auxiliar da Presidência do TJMG e coordenador executivo da Política de Atenção a Pessoas Egressas do Sistema Prisional (Pape-Sispri), Marcelo Rodrigues Fioravante; a coordenadora do GMF/TJMG, juíza Bárbara Isadora Santos Sebe Nardy; o coordenador executivo do segmento da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac) do GMF/TJMG, juiz Consuelo Silveira Neto; a juíza auxiliar da Corregedoria-Geral de Justiça de Minas Gerais Andréa Cristina de Miranda Costa; o integrante do Comitê de Justiça Restaurativa (Comjur) e coordenador do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CejusC) da Comarca de Belo Horizonte, juiz Marco Antônio Feital Leite; o coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias Criminais, de Execução Penal, do Tribunal do Júri e da Auditoria Militar (Caocrim) do MPMG, promotor de Justiça Marcelo Schimmer Albuquerque; a promotora de Justiça do MPMG Renata Valladão Noroieira Lopes Lins; o defensor

público de Minas Gerais Leonardo Bicalho de Abreu; o defensor público de Minas Gerais Paulo Henrique Drummond Monteiro; o secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp), Rogério Greco; a presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), deputada Bella Gonçalves; o presidente da Comissão para Assuntos Penitenciários da OAB-MG, André Luiz da Silva Lima; o diretor-geral do Departamento Penitenciário de Minas Gerais (Depen-MG), Leonardo Mattos Alves Badaró; a chefe de Gabinete da Sejusp, Ana Luisa Silva Falcão; o superintendente de Humanização do Atendimento do Depen-MG, Jober Gabriel de Sousa; a superintendente de Prevenção Social à Criminalidade da Sejusp, Flávia Cristina Silva Mendes; o superintendente da Central de Planejamento e Orçamento da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais (Seplag-MG), Túlio de Souza Gonzaga; a assessora de Gabinete da Secretaria-Geral do Estado, Iara Castro Silva; o integrante da Atenção Primária da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES-MG) Ciro Cesar de Carvalho; a diretora de Políticas de Proteção e Reparação dos Direitos Humanos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais (Sedese), Mariana Alves de Assis Ribeiro; o conselheiro do Conselho Penitenciário Estadual Lucas Theodoro Dias Vieira; o vice-presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos (Conedh), Fernando Gonzaga Jayme; a assessora da Superintendência de Assessoramento Temático da Secretaria-Geral do Estado, Sophia Fleury Gomes e Souza; a integrante da Seplag Hellen Soares Lima; e a integrante do Conedh Valdênia Geralda de Carvalho. (Diretoria Executiva de Comunicação – Dircom - Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG).

Reunião no 70º BPM com promotores de eventos reforça importância da programação conjunta para festas locais

Na quarta-feira (10/12/25), foi realizada uma reunião na sede do 70º Batalhão de Polícia Militar, com a presença de promotores de eventos do município. O encontro teve como objetivo alinhar estratégias e reforçar a parceria entre organizadores e a Polícia Militar para garantir o bom andamento dos próximos eventos festivos.

Durante a reunião, foram discutidos pontos fundamentais para a segurança e organização das festividades, destacando-se a necessidade de encaminhar ofícios ao Batalhão no início da programação de cada festa. Essa medida possibilita que os militares se preparem adequadamente, organizando



escalas e recursos para oferecer o suporte necessário.

A iniciativa reforça o compromisso da Polícia Militar em atuar de forma preventiva e colaborativa, assegurando que os eventos transcorram com tranquilidade e pro-

porcionem momentos de lazer e convivência segura para toda a comunidade. **15ª RPM - 70º BPM - O AGUERRIDO – ARA-CUAÍ - Polícia Militar de Minas Gerais 250 anos. A força do povo mineiro. Presença que protege.**

CONVITE



A Polícia Militar em visita ao Ministério Público, convida a promotora Úrsula para ser paraninfa da formatura Proerd 2025. Um gesto de respeito e reconhecimento à parceria na missão de promover cidadania e prevenção.

Luartes

Lucimar Caitité

Lembrança p/ festas
Enfeites e acessórios p/
cozinha
Penduracalhos em geral
Pano de prato bordado a mão
Caixas p/ presentes
Tiaras p/ Criança

Rua Cabo Edson, 82 - São Francisco - Teófilo Otoni/ MG-
Fones: (33) 3522-2205 / 8809-8289 / 9164-2469
E-mail: lucimarcaitite@yahoo.com.br

Começam as inscrições para novo concurso da Polícia Penal de Minas Gerais, com 1.178 vagas

Foram abertas nesta segunda-feira (2/12) e vão até as 14h de 22/12 as inscrições para o maior concurso público da Polícia Penal de Minas Gerais (Sejusp nº 01/2025). Ao todo, serão oferecidas 1.178 vagas. Homens e mulheres podem participar. A remuneração inicial da categoria é de R\$ 5.332,64, somada a uma ajuda de custo para despesas com alimentação por dia trabalhado.

As inscrições devem ser feitas exclusivamente pelo site da banca organizadora, o Instituto AOCF, onde também é feita a emissão do boleto. Na página, também estão disponíveis o edital e outras informações sobre o concurso. As provas serão realizadas em 25/1/2026. O conteúdo programático é focado na

área jurídica e humanística. As principais disciplinas que compõem a prova incluem o alicerce do Direito (Constitucional, Administrativo, Penal e Processual Penal), além de Língua Portuguesa, Direitos Humanos e a fundamental Legislação Especial.

"Este edital com mais de mil vagas é um divisor de águas para a segurança pública de Minas Gerais. Estamos investindo na valorização de nossa tropa, garantindo que Minas Gerais tenha a melhor Polícia Penal do país e Minas seja o estado mais seguro do Brasil", enfatizou o secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, Rogério Greco.

O diretor-geral do Departamento Penitenciário de Minas Gerais (Depen-MG), Leonardo Badaró, acres-



centa: "A Polícia Penal de Minas Gerais é referência nacional. Ao oferecer um concurso desse porte, reafirmamos nosso compromisso em atrair os melhores talentos. É a oportunidade de ingressar em uma instituição em plena ascensão, que valoriza a dedicação e oferece um futuro seguro para o servidor e sua família". Os policiais penais e servidores técnico-administrativos de Minas Gerais atuam em demandas de saúde, educação, trabalho, assistência

jurídica e religiosa em unidades prisionais do estado.

Além do grupamento convencional, a Polícia Penal dispõe de grupos especializados, como o Grupo de Intervenção Rápida (GIR), o Grupamento de Patrulha Aérea (GPaer), o Grupo de Operações com Cães (GOC), o Grupo de Escolta Tática Prisional (Getap) e o Comando de Operações Especiais (Cope), todos atuando com base no uso racional da força e respeito aos direitos humanos. (Créditos: Tiago Ciccarini/Sejusp).

ABERTO DE SEGUNDA A SÁBADO A PARTIR DAS 7:30

LAVADOR NAAMAN

- Sistema leva e traz
- Lavagem Geral e Parcial
- Ducha
- Polimento
- Cristalização
- Cera líquida em toda lavagem (Grátis)

Contatos:
(33) 98839-1338
(33) 99104-5954

Rua Waldemar Raush - Centro (Beco da Madeireira Loesch)

MATHEUS HANDER A. FROTA

ENGENHEIRO CIVIL - CREA-MG 142267051-1

ESTRUTURAS METÁLICAS
(33) 98803-1119

Qualidade, design e sustentabilidade aliados ao melhor custo-benefício. É MODELO!

módelo
3522.3070 @graficamodelooficial
Marcelo Guedes, 170 - Cidade Alta
Teófilo Otoni - MG

Câmera, Alarme, Cerca Elétrica

PONTO BASE
SEGURANÇA ELETRÔNICA

Festeje e viaje com tranquilidade e deixe seu patrimônio em segurança.

PONTO BASE
Aqui tem segurança!!!

Antes de renovar seu contrato, consulte-nos.

Monitoramento e Rondas 24h
Sistemas On-line
Segurança Qualificada

RUA MIGUEL PENCHEL, 312 - IPIRANGA
TEÓFILO OTONI - MG / Tel.: (33) 3522.5045
CEP.: 39.801-001 - pontobasev@hotmail.com

Pessoa Jurídica: planos a partir de R\$ 109,90

Pessoa Física: planos a partir de R\$ 69,90

Adquira agora o seu Certificado Digital

Entre em contato:
(33) 99928-4987

*valor promocional do Certificado Digital e CPF Al, válido por tempo limitado.

SIND
Certificado Digital

Reynaldo Neves

Advogados Associados

Reynaldo do Carmo Neves OAB/MG 61.093
Maria Beatriz C. Cicci Neves OAB/MG 49.428
Paula Barreiros OAB/MG 91.601
Júlia Cicci Neves OAB/MG 211.320
Stéfanie de Almeida Santos OAB/MG 211.942

Telefax: (33) 3536-3636
reynaldoneves.advs@uol.com.br

Rua Epaminondas Otoni, 958 - Sl. 207
Centro - Teófilo Otoni - MG
CEP: 39.800-013

Quando o assunto é saúde, não se pode arriscar.

Tenha o melhor plano

ACE Unimed ft
Contrate agora!
(33) 3522-6677

Vitaly Almeida

Contabilidade & Imobiliária Rural

CRCMG: 8135-0 - CRECIMG: 7407

(33) 3511-1456

Expediente

Um jornal Diário a serviço do Nordeste de Minas - Fundado em 05 de agosto de 1969

Filiado ao SINDJORI - Sindicato dos Proprietários de Jornais, Revistas e Similares do Estado de Minas Gerais - sindjori@fiemg.com.br - Av. do Contorno, 4.456, Funcionários, Belo Horizonte - Minas Gerais - CEP: 30.110-028

Diretor Responsável: Wilmar Souza e Silva	Representante em Belo Horizonte: André Francisco Oliveira Silva (98851-0805)	Contábil: Vitaly Almeida & Contadores Associados Ltda vitalyalmeida@gmail.com	Neto; Márcio Barbosa dos Reis; Humberto Barbosa; José Carlos Freire.
Redação e Composição: Rua Victor Renault, 737 - Fundos - Laerte Laender 39.803-151 • Teófilo Otoni - MG Tribuna do Mucuri Ltda - (Diário Tribuna) CNPJ: 17.709.734/0001-47 • (33) 98880-2410 Zap	Jurídico: Dr. Marcos Ganem Advogados Associados m.ganem@uol.com.br	Colaboradores: Dra. Juliana Lemes da Cruz; Dr. Jeferson Botelho Pereira; Paulo Sérgio Almeida Santos; José de Paiva	Impressão: Artes Gráficas Modelo Rua Marcelo Guedes, 170 - (33) 3522-3070 Cidade Alta - Teófilo Otoni

56
Anos Desde 1969
Diário Tribuna



A Segurança e Medicina do Trabalho da CDL

Estrutura completa e equipe especializada, pronta para atender qualquer segmento.

Contrate a Seg&Med CDL e conte com:

- Treinamentos práticos;
- Programas e exames;
- Suporte técnico completo;
- Serviços pensados para o crescimento e segurança da sua empresa.

CDL Teófilo Otoni

Entre em contato
(33) 3529-1000

Av. Dr. Luis Boelli Porto Salmen, 1370 - Manoel Pimenta, Teófilo Otoni - MG

segmed.cdito.com.br

Venha Curtir o sol no Clube AABB!

Adquira sua cota hoje mesmo.

Saiba mais!
(33) 3522-6677

ACEV ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE TEÓFILO OTONI

AABB ASSOCIAÇÃO ATLETICA BANCO DO BRASIL



VitalyAlmeida

Contabilidade & Imobiliária Rural

CRCMG: 8135-0 - CRECIMG: 7407

 **(33)3511-1456**



GRÁFICA modelo

(33) 3522.3070 @@graficamodelooficial

Marcelo Guedes, 170 - Cidade Alta Teófilo Otoni - MG

ANESTESIOLOGIA UROLOGIA CARDIOLOGIA

UM SÓ LUGAR,
DIVERSAS ESPECIALIDADES

NEFROLOGIA OTORRINOLARINGOLOGIA GINECOLOGIA ORTOPEDIA

CIRURGIA PLÁSTICA CIRURGIA GERAL CIRURGIA VASCULAR

HOSPITAL PHILADELFA
ACOLHENDO COM MAIS AMOR



INDIANA DROGARIA PERFUMARIA

temos vagas para pcd's!

Nossa empresa acolhe as diversidades, venha fazer parte do time indiana!

Envie o seu currículo com o assunto (PcD) para:
curriculos@farmaciaindiana.com.br



Transporte Legal

É mais seguro e constante, além de render recursos para o município. Gera mais benefícios sociais para você.

(33) 4042-2772

VALE DO MUCURY